

MODERNIZAÇÃO ECONÔMICA E FORMAÇÃO DE FORÇA DE TRABALHO: O COLÉGIO POLIVALENTE DE UBERABA (1971-1982)

ECONOMIC MODERNIZATION AND WORKFORCE FORMATION
POLIVALENTE SCHOOL OF UBERABA (1971- 1982)

*Renant Araújo Morais
Wenceslau Gonçalves Neto*

Resumo:

O presente trabalho aborda a história do Colégio Polivalente de Uberaba (Minas Gerais). A pesquisa tem como marcos cronológicos os anos de 1971 e 1982, período em que essa instituição vivenciou de forma mais intensa as características básicas que norteavam a organização das escolas polivalentes. Do ponto de vista metodológico o trabalho abrange pesquisa bibliográfica e documental procurando identificar o contexto histórico em que essa escola foi criada e o que ela trazia de diferente com relação à organização curricular e à metodologia de ensino. Constatou-se que as escolas polivalentes foram criadas na conjuntura da ditadura militar (1964-1985) em um momento marcado por desenvolvimento econômico que demandava mão de obra com certa qualificação. As escolas polivalentes procuravam integrar uma formação de cultura geral com uma formação de cultura técnica e científica visando a preparação futura de força de trabalho através da sondagem de aptidões e das disciplinas de artes práticas.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura militar, escolas polivalentes, artes práticas.

This work approaches the history of the Polivalente School of Uberaba (Minas Gerais, Brazil). The research is based on the time period from 1971 to 1982, in which this institution intensively experienced the leading basic characteristics for the organization of the multipurpose schools. From the methodological point of view, the bibliographical and documental researches are included in this work and both seek to identify the historical context in which this type of school was created and its differences related to the curriculum content and organization as well as the teaching methodology. It was noticed that the multipurpose schools were created during a military dictatorship scenario (1964-1985), at a time when the economic development was in expansion and required skilled workforce. The multipurpose schools sought to integrate a general culture formation with a technical and scientific culture formation, aiming to prepare a future workforce through a selection of skills as well as the practical arts subjects.

KEYWORDS: Military Dictatorship; Polivalente School; Practical arts

INTRODUÇÃO

A partir de 1971, sob o comando do regime militar, foram criadas no Brasil dezenas de escolas polivalentes principalmente nos estados de Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul e Espírito Santo. Somente no caso de Minas Gerais o projeto das polivalentes envolvia a construção de 58 escolas espalhadas por vários municípios do interior.

Como veremos ao longo desse trabalho, a implantação dessas unidades educacionais envolvia uma soma considerável de recursos financeiros e um elevado contingente de trabalhadores não apenas para a construção dessas escolas, mas também para o seu posterior funcionamento – diretores, professores, pessoal técnico-administrativo, dentre outros profissionais.

Dessa forma, a proposta de se fazer uma investigação sobre o colégio polivalente de Uberaba (hoje conhecido como Escola Estadual Corina de Oliveira) tem por base a ideia de que a construção dessas escolas representou um momento importante na História recente das instituições escolares do país, um modelo educacional com algumas características próprias que as tornavam diferenciadas com relação aos outros colégios estaduais. Ao mesmo tempo, verificou-se que existem poucas pesquisas concernentes a esse tema que constitui, ao nosso ver, um objeto de estudo aberto a várias investigações sobre variados matizes.¹

O recorte temporal da investigação tem como marcos os anos de 1971 e 1982. O primeiro marco corresponde ao ano em que foram criados 8 ginásios polivalentes em Minas Gerais, sendo um deles em Uberaba. A pesquisa se estende até 1982 pois durante esses onze anos a escola foi dirigida por uma única pessoa, a professora Abigail Emília Bracarense Coimbra, fato esse que dava um certo sentido de unidade administrativa e pedagógica. Ao mesmo tempo os anos 70 correspondem a um momento histórico em que essas escolas dispunham de sua melhor capacidade operacional no que concerne a infraestrutura, equipamentos, corpo docente viabilizando assim que as mesmas atendessem às propostas pedagógicas que norteavam o funcionamento e a dinâmica dessas escolas.

¹ Cf. ARAÚJO, José Alfredo de. Escola Polivalente San Diego: Um estudo de caso na História e Memória da Educação Brasileira em Salvador. 2005. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Curso de Mestrado em Educação e Contemporaneidade, Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2005. Cf. RESENDE, Luciana Araújo Valle de. Ensino profissionalizante e Estado militar: (Re) articulação por meio dos Polivalentes (Uberlândia, MG, 1971-1980). 2011. 147 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Curso de Mestrado em Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011. Cf. RESENDE, Luciana Araújo Valle de. **As escolas polivalentes do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MG):** sondagem vocacional no projeto desenvolvimentista civil-militar (1965-1976). 2015. 275f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. Cf. SANTOS, Alda Quintino dos. O ENSINO MÉDIO NA BAHIA E OS GINÁSIOS/ESCOLAS POLIVALENTES: a iniciação para o trabalho. 2010. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2010.

O objetivo central da pesquisa consistiu em identificar de que maneiras as escolas polivalentes em geral – e a de Uberaba em particular – se articulavam com os interesses políticos e econômicos do regime militar em uma conjuntura histórica marcada por acentuado crescimento econômico, urbanização crescente e repressão política.

Visando elucidar essa questão o artigo se desdobra em duas partes: na primeira parte fazemos uma análise da atuação do governo militar no campo da educação com ênfase nos acordos MEC-USAID e na atuação do PREMEX na construção e desenvolvimento das escolas polivalentes procurando inseri-la no contexto econômico e político do país. Na segunda parte procuramos identificar como a proposta de ensino dos polivalentes se materializou no colégio de Uberaba com ênfase na organização curricular da escola e na metodologia de ensino.

No aspecto metodológico esse trabalho abrangeu procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental. No primeiro caso estudamos autores que analisaram a situação da escola no Brasil durante o regime militar como Arapiraca (1982), Germano (1993) e Romanelli (1978). Esse estudo foi importante pois nos permitiu ter uma compreensão da ingerência do contexto político, econômico e ideológico nos rumos da educação brasileira em um período particularmente importante. O segundo caso diz respeito aos documentos encontrados nas Escola Estadual Corina de Oliveira e na 39ª Superintendência Regional de Ensino de Uberaba. Fontes primárias como grade curricular, calendário escolar, diários de classe, livros de registro de matrículas e documentos do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM) que norteavam a organização e funcionamento das escolas polivalentes forneceram pistas importantes de como era o colégio polivalente de Uberaba.

OS ACORDOS MEC-USAID EM UM CONTEXTO DE EXPANSÃO ECONÔMICA

A partir de 1968, os militares, em associação com grupos empresariais, desenvolveram um projeto de modernização baseado na associação com o capital estrangeiro, que passou a controlar setores expressivos da economia, na concentração de renda e numa política de arrocho salarial, que comprometeu seriamente a qualidade de vida da classe trabalhadora, no endividamento externo e no fortalecimento das empresas estatais como a Petrobrás, a Companhia Vale do Rio Doce, o sistema TELEBRÁS que passaram a controlar setores estratégicos da economia. Merece destaque, nesta época, o chamado milagre brasileiro, momento de grande desenvolvimento econômico entre 1968 e 1973 no governo do general Emilio Médici.

A esse respeito, de acordo com Gaspari (2002, p. 208),

vivia-se um ciclo de crescimento inédito na História nacional. Desde 1968 a economia mostrava-se não só revigorada, mas também reorientada. O ano de 1969 fechara sem deixar margem de dúvidas: 9,5 % do crescimento do PIB, 11% de expansão do setor industrial e inflação estabilizada pouco abaixo de 20% anuais. Depois de 15 anos de virtual estagnação as exportações chegaram a 1,8 bilhão de dólares com um crescimento de 23% em relação ao ano anterior. A indústria automobilística estava a pleno vapor e a construção civil entrara em tal atividade que faltou cimento. Os números do primeiro semestre de 1970 indicavam que a prosperidade prosseguiria (fechou o ano com um crescimento de 10,4%). O Brasil tornara-se a 10ª economia do mundo, 8ª do ocidente, 1ª do hemisfério sul.

Nessa conjuntura de grande expansão econômica, de maior diversificação e complexificação das atividades urbanas e até de modernização do setor econômico primário, com uma mecanização cada vez maior da agricultura, se fazia necessária a preparação de mão de obra com conhecimentos técnicos

mínimos que se adequasse ao patamar tecnológico utilizado nesses setores econômicos. Foi nessa conjuntura que foram assinados e colocados em prática os Acordos MEC-USAID.

Esses acordos, assinados a partir de 1964, quando o país já vivenciava a ditadura militar, tiveram sérios desdobramentos nos rumos da educação nacional. A Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) atuou no Brasil através de uma universidade norte-americana, a *San Diego State College Foundation*, localizada na Califórnia, e forneceu ajuda técnica e financeira com o objetivo básico de modernizar a escola no Brasil, adequando-a às necessidades do capitalismo em expansão. Segundo Germano (1993, p. 126):

Vários acordos foram assinados entre o MEC e a USAID abrangendo todos os níveis de ensino; peritos norte-americanos se instalaram no MEC; milhares de brasileiros - notadamente técnicos de nível superior - foram treinados nos Estados Unidos. Assim, entre 1963 e 1970, somente a USAID nordeste enviou cerca de 1200 bolsistas para os Estados Unidos, entre os quais 20% obtiveram grau de pós-graduação em universidades norte-americanas.

Observe que Germano destaca que a atuação e interferência da USAID, uma agência estrangeira, nos rumos da educação brasileira se deu em todos os níveis, desde o ensino primário, passando pelo ensino de 2º grau e desdobrando-se no nível universitário.

Romanelli (1978, p. 215) ressalta que, os vários acordos entre o MEC e a USAID assinados entre 1964 e 1976 tinham como elementos básicos:

- a) Fornecimento de ajuda financeira sob a forma de pagamento de serviços aos assessores americanos, bolsas de treinamento de brasileiros nos Estados Unidos e, em alguns casos, financiamento para a realização de experiências-piloto de treinamento de pessoal;

- b) Fornecimento de pessoal técnico americano para a prestação de assessoria técnica, assessoria de planejamento e proposição de programas de pesquisas;
- c) Financiamento, sob a responsabilidade do MEC, das despesas de alojamento desse pessoal e de viagens, transporte e manutenção do pessoal brasileiro designado para trabalhar nas comissões junto dos técnicos americanos.

Praticamente todas as reformas educacionais ocorridas nessa época - a reforma universitária de 1968, a lei nº 5.692 de 1971, que implantou o ensino profissionalizante no ensino de 2º grau e a criação das escolas polivalentes - tiveram a ingerência e a participação da USAID. Em verdade essas leis e reformas educacionais não são fatos isolados. Elas se articulam e se complementam entre si com o objetivo, amplamente divulgado pelas autoridades da época, de modernizar o ensino brasileiro que, na visão dos governantes, estava defasado, atrasado em relação à nova realidade econômica e social do país.

No caso específico do ensino de 2º grau e das escolas polivalentes é importante salientar também a atuação do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM), criado no contexto dos acordos MEC-USAID. Esse órgão foi regulamentado pelo decreto nº 63914, de 26 de dezembro de 1968, sucedendo ao então EPDM (Equipe de Planejamento do Ensino Médio) e vai ter uma atuação marcante nas mudanças ocorridas na organização e estrutura do ensino médio. Resende (2011, p.87) chega a estabelecer uma relação muito próxima entre as origens dos Colégios polivalentes e o EPDM. Ela afirma que:

A escola polivalente, que também é conhecida como Ginásio polivalente ou Ginásio Único, pluricurricular, moderno [...] teve, nos primórdios de seu planejamento e idealização, uma equipe de planejamento constituída por educadores cujo objetivo era o desenvolvimento de um planejamento

voltado para a expansão e melhoria do ensino médio. Essa equipe denominada EPEM – equipe de planejamento do ensino médio – foi criado em 1966, pelo MEC e que, por meio do PREMEM tinha como proposta a criação de uma escola diferenciada, moderna que atendessem realmente às necessidades da realidade brasileira da época.

Sobre o PREMEM, de acordo com Araújo (2005, p. 81):

Este órgão foi resultado de um novo acordo firmado em 13 de maio de 1970, entre a USAID_MEC, e, a partir de 1972, a EPEM foi incorporada à estrutura de planejamento do MEC, perdendo, portanto sua autonomia e incorporando-se administrativamente ao PREMEM, passando este a ser o responsável por todo o plano de reforma, a estruturação dos mecanismos de intervenção e o planejamento do treinamento do pessoal que foi e voltou dos EUA, com a finalidade de multiplicar aqui no Brasil, por meio da educação, os conteúdos adquiridos e internalizados nos EUA na Universidade de *San Diego State Foundation College*. O PREMEM, literalmente, passou a ser o responsável pela reforma do ensino brasileiro e pela implantação das escolas polivalentes.

Em última instância vai caber ao PREMEM organizar as escolas polivalentes no Brasil. O modelo vai ser importado dos Estados Unidos sem muita preocupação se ele se adequava ou não à realidade e às características econômicas e sociais do país.

Sobre essa matéria, Romanelli (1978, p. 206) destaca que, desde os anos 1940, existia um hiato cada vez maior entre a limitada oferta de trabalhadores qualificados e as necessidades do mercado:

A Lei de Diretrizes e Bases não havia criado a estrutura aberta de que carecia o desenvolvimento da nação e a inelasticidade da oferta era acompanhada de uma estrutura escolar que não respondia, nem de longe, à demanda de recursos humanos criada pela expansão econômica. A demanda de pessoal com qualificação de nível médio crescia em ritmo mais acelerado do que a oferta. Isso criou um déficit que cresceu, também, nos últimos anos.

Romanelli (1978, p. 206), consultando outros autores que estudaram o desenvolvimento do ensino médio na segunda metade do século XX, fornece dados estatísticos comprovando a defasagem entre a quantidade de alunos que a escola fornecia para o mercado e a real necessidade de uma economia em expansão:

QUADRO1: Déficit de pessoas com qualificação de nível médio no Brasil (em milhares).

ANO	OFERTA	DEMANDA	DÉFICIT	% DÉFICIT
1940	236	518	282	46
1950	545	853	308	64
1960	1.042	1.433	391	73
1970	1.887	2.394	507	79

Extraído de: ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1978, p. 206.

Essa defasagem entre a escassa oferta de força de trabalho com certa qualificação e a demanda cada vez maior por parte dos setores industrial e comercial serviu como pretexto para as reformas educacionais elaboradas pelo regime militar, dentre elas a criação de escolas polivalentes e a reforma de ensino através da lei nº 5.692/71, que impôs o ensino profissionalizante no ensino de 2º grau. No discurso elaborado pelo governo militar essas medidas seriam importantes para modernizar a escola no Brasil, para torná-la mais adequada aos

interesses econômicos e sociais do país e para preparar a força de trabalho de que o país necessitava.

AS ESCOLAS POLIVALENTES

Com o desenvolvimento industrial e urbano bastante acentuado, os generais de plantão e a burocracia estatal se viram diante da necessidade do aperfeiçoamento ou da criação de escolas para formar mão de obra adequada à nova realidade econômica e social que se construía no país. Foi exatamente nesse contexto histórico que ocorreu a formação das Escolas Polivalentes no Brasil. Portanto, o investimento do governo brasileiro na modernização do país não ficou restrito somente às obras faraônicas impactantes e de infraestrutura. Em verdade, o regime militar investiu consideráveis somas de dinheiro na construção de escolas polivalentes, espalhadas pelo território nacional com o intuito de qualificar mão de obra que iria trabalhar na indústria e no comércio em ascensão. E o que seriam essas escolas polivalentes? Seria um modelo, um projeto de escola que incluía no currículo tanto as disciplinas do chamado núcleo comum como disciplinas técnico-científicas, voltadas para o setor primário e, principalmente, secundário e terciário.

De acordo com Resende (2011, p. 88) o projeto inicial previa serem construídas até 1974, 275 escolas polivalentes, o treinamento de 23 mil professores e um investimento de R\$ 244 milhões de cruzeiros.

Tamanho volume de verbas pretendia dotar essas escolas com infraestrutura material e para a qualificação de professores para que as escolas desenvolvessem o ensino profissionalizante. Como essas escolas eram construídas para comportar 800 alunos cada, se esse projeto fosse implementado em sua plenitude, iriam se abrir 220.000 vagas para alunos de 1º grau.

Arapiraca (1982, p. 158-159) enfatiza a relação dessas escolas com o mercado de trabalho ao afirmar que,

[...] elas foram projetadas para preparar os indivíduos para serem mais facilmente treináveis, na medida em que não pudessem elas mesmas profissionalizá-los. De todo modo, não foram elas projetadas intencionalmente para serem escolas não-diferenciadas, mas locais de preparação de possíveis trabalhadores mais facilmente treináveis.

O mesmo autor cita pareceres do MEC-PREMEM, que fundamentavam o funcionamento das escolas polivalentes, no sentido de preparar os estudantes para o mundo do trabalho e destaca que

[...] o currículo deve incluir atividades de aprendizagem de alto valor prático para o estudante dentro e fora da sala de aula; e que, além disso, deveria preparar o estudante, de maneira adequada, para assumir o papel de adulto responsável no mundo atual. (ARAPIRACA, 1982, p. 158).

Resende (2011, p. 45) corrobora essa ideia e reforça as relações entre a criação das escolas polivalentes e a ajuda técnica e financeira da USAID quando destaca que,

[...] esse projeto ambicioso de implantar no Brasil dezenas de escolas polivalentes com todo um aparato de infraestrutura material e de recursos humanos com professores preparados para ministrar as disciplinas técnicas “requeria suporte técnico e financeiro, para o qual o Brasil contou com a ajuda norte-americana. Esta, após o golpe de 1964, foi viabilizada por meio de acordos com o ministério da educação brasileiro e a agência norte-americana USAID.

Esses acordos, como já destacado, previam a concessão de consultoria técnica e profissional da Universidade de San Diego, na Califórnia, no processo de modernização da educação brasileira, inclusive com a vinda de professores da universidade estadunidense com o objetivo de acompanhar e gerenciar essa consultoria.

Para Arapiraca (1982, p. 112),

[...] a finalidade do presente acordo era assistir os conselhos e secretarias estaduais de educação no preparo de seus planos para o ensino de nível secundário e no treinamento de uma equipe de técnicos brasileiros em planejamento de ensino. Nesse sentido, a USAID contratou, pelo sistema universitário do Estado da Califórnia representado pela *San Diego State College Foundation*, inicialmente, os serviços de quatro especialistas para atuarem como consultores pelo período de dois anos, nas áreas de planejamento do ensino secundário no âmbito federal e estadual.

Posteriormente, outros acordos foram firmados entre o MEC e a instituição americana, consolidando a ingerência da USAID na educação brasileira. Outros representantes da USAID foram enviados para o Brasil para acompanhar a implantação das reformas educacionais, da mesma forma que técnicos e especialistas brasileiros foram enviados para os EUA para participar de cursos sobre planejamento de currículo, administração escolar, supervisão, formação de professores, liderança profissional, dentre outros. A cooperação entre o MEC e a USAID envolvia quantitativos financeiros que seriam aplicados na reforma ou construção de novas escolas e na capacitação de professores e técnicos ligados à educação.

Ainda segundo Arapiraca (1982, p. 153), a ingerência dos técnicos americanos da USAID na educação brasileira foi tão acentuada que,

[...] como resultado, todo o sistema de ensino primário e médio brasileiro foi radicalmente transformado: unificou-se o ensino primário com o ginásio e profissionalizou-se o colégio. Modificou-se estruturalmente a lei básica de normalização de ensino. E, mais especificamente, criou-se um novo tipo de escola, modelada nos EUA, denominado escola polivalente.

Cunha e Goes (1996, p. 33) realçam o alcance das medidas adotadas pela USAID na educação brasileira ao afirmar que,

os acordos MEC-USAID cobriram todo o espectro da educação nacional, isto é, o ensino primário, médio e superior, a articulação entre os diferentes níveis, o treinamento de professores e a produção e veiculação de livros didáticos. A proposta da USAID não deixava brechas. Só mesmo a reação estudantil, o amadurecimento do professorado e a denúncia de políticos nacionalistas com acesso à opinião pública evitaram a total submissão brasileira no processo decisório da educação nacional.

Verifica-se portanto, que as medidas adotadas pelo governo federal no campo da educação a partir dos acordos MEC-USAID tendiam a diminuir a influência da formação humanista na escola e acentuar uma formação técnico-científica, ajustada à teoria do capital humano, desenvolvida por Theodore Schultz. Observa-se também que essas reformas procuravam reforçar um vínculo cada vez maior entre escola e economia, escola e produção, preparando uma mão de obra aligeirada e barata para entrar no mercado de trabalho em um momento marcado por grande crescimento industrial e urbano.

O COLÉGIO POLIVALENTE DE UBERABA

Em 15 de setembro de 1971 o decreto de nº 5760 criou oito Ginásios estaduais Polivalentes no Estado de Minas Gerais, dentre eles o de Uberaba, que seria construído na Avenida da Saudade, s/nº, no bairro das Mercês. A inauguração oficial desse estabelecimento foi em 04 de maio de 1972 e contou com a presença do então governador do Estado de Minas Gerais, Rondon Pacheco.

A primeira diretora do estabelecimento foi Abigail Emilia Bracarense Coimbra, que dirigiu a escola até o ano de 1982. Em 19 de outubro de 1977, de acordo com o decreto nº 18.766, a escola passou a se chamar Escola Estadual

Corina de Oliveira,² professora que trabalhou no grupo escolar Brasil embora muitos ainda continuassem chamando o estabelecimento de Colégio Polivalente. Nos primeiros anos de funcionamento a escola, entre 1971 e 1974, teve um corpo discente que oscilou entre 563 e 533 alunos nos períodos da manhã e da tarde.

O terreno para a construção do colégio foi cedido pela prefeitura. De acordo com dados obtidos em documentação do PREMEM, o terreno teria uma área de 20.726,23 m² e o custo da obra em valores da época seria de Cr\$ 785.964,27. O início da construção foi em 04 de dezembro de 1970 e a data do recebimento provisório foi 17 de setembro de 1971. A empresa responsável pela construção da obra foi a SEULAR.

De acordo com a planta arquitetônica e com documentos consultados na Escola Estadual Corina de Oliveira, no prédio se encontravam as seguintes dependências: Diretoria, vice-diretoria, secretaria, cozinha, enfermaria, almoxarifado, arquivo, biblioteca, sala de professores, sala de reuniões, orientação educacional, orientação pedagógica, laboratório de ciências, oficina de artes industriais, oficina de

² De acordo com material pesquisado no Arquivo público de Uberaba, Corina de Oliveira era filha de Ernesto Emigdio de Oliveira e Maria Lucas de Oliveira. Nasceu em 09-09-1892 e faleceu em 29-10-1978. Foi professora e depois diretora do Grupo Escolar Brasil. Era muito enérgica, exigente, séria no trato com os alunos que muito a respeitavam. Tinha uma visão moderna de escola. Nos anos 30, já diretora, estimulava os alunos a ler e havia em cada classe um clube de leitura... Morreu solteira, dedicando toda a sua vida a educação. Seus ex-alunos se lembram dela com carinho e muito respeito e gratidão. Outra fonte do arquivo público de Uberaba destaca que “ela era muito dinâmica. Na sua época os alunos carentes passaram a receber uniformes, assistência médica e alimentação. Não havia diferenciação entre alunos pobres e ricos. Fez promoções em benefício do caixa escolar. Organizou cartões de sócios contribuintes para que os pais de alunos mais abastados contribuíssem com taxas. Foi também fundadora do jornal ‘Sorriso infantil’. De acordo com Pontes (1978, p. 224) Corina de Oliveira exerceu outra atividade importante a partir de 1930. Ele afirma que “A professora senhorinha (sic) Corina de Oliveira, diretora do Grupo Escolar Brasil foi, pela portaria nº 34, do dia 08, nomeada para dirigir o corpo de enfermeiras sob a direção do Dr. Mozart Furtado Nunes, a quem a portaria nº 33 do mesmo dia, confiara a organização daquele hospital de sangue”.

artes comerciais, oficina de técnicas agrícolas, educação para o lar, vestiário masculino, vestiário feminino, sala de educação física, sala de espera, sala de português, sala de estudos sociais, sala de matemática, sala de educação artística, sala de inglês, sala de francês.

No que diz respeito à organização do espaço físico e sua relação com a proposta pedagógica, as “Especificações educacionais das diretrizes gerais para o ginásio polivalente, série ‘A escola polivalente’, volume I, fundamentação teórica da escola polivalente”, ressaltam

O Prédio escolar a ser projetado deverá responder com fidelidade aos objetivos de lei nº 5.692 -71 do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino. Modernamente o prédio escolar é concebido para satisfazer funções bem distintas daquelas da escola tradicional. As tendências pedagógicas atuais, voltadas para um ensino mais ativo com o uso intensivo de recursos de objetivação, de laboratórios, de salas ambiente e, especialmente da biblioteca, solicitam uma participação cada vez maior do educando, além de implicarem uma relação mais estreita entre professor e aluno, o que exige que o projeto arquitetônico atenda a uma composição de espaços diferente da convencional, em que a sala de aula era o elemento dominante (BRASIL, 1972, p. 10 apud. RESENDE, 2015, p. 103).

Observa-se, então, que o prédio e os demais espaços que compõem a escola polivalente assumem um contorno diferenciado e se tornam também um elemento pedagógico da escola. O prédio, ao dispor de laboratórios, oficinas, biblioteca ampla, tem, de certa forma, a sua organização curricular explicitada, corporificada na distribuição espacial do prédio e de suas instalações.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E METODOLOGIA DE ENSINO

A importância da organização curricular para as escolas polivalentes pode ser comprovada pela acentuada presença desse tópico em documentos como a *Fundamentação Teórica do Colégio Polivalente*, a *Resolução 925*³, os *Subsídios para o estudo do ginásio polivalente*. Em vários desses documentos enfatiza-se que o colégio polivalente, com sua filosofia de educação e currículo diferenciados iria contribuir para modernizar a escola, torná-la mais atraente para os alunos e mais ajustada ao nível de desenvolvimento econômico e social do país.

Consultando os documentos do Colégio Polivalente e também da 39ª Delegacia Regional de Ensino de Uberaba (hoje chamada Superintendência Regional de Ensino) descobrimos dados relativos à organização curricular da escola para os anos de 1975, 1976, 1977, 1979 e 1981.

A leitura desses documentos indica a lista de disciplinas oferecidas para os alunos. Essas disciplinas estavam divididas em grupos e, ao mesmo tempo, o plano curricular oferece a carga horária semanal e anual de todas as disciplinas, além do total de horas de cada uma delas. As disciplinas estavam divididas em cinco grupos: Comunicação e Expressão, envolvendo língua portuguesa, educação artística, educação física e língua estrangeira; Ciências, envolvendo matemática, programa de saúde e ciências; Estudos sociais, incluindo geografia, história, Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e Educação Moral e Cívica (EMC); outras atividades, incluindo orientação educacional, ensino religioso, biblioteca e recreio; e artes práticas, que incluía práticas agrícolas, educação para o lar, práticas industriais e práticas comerciais.

³ A Resolução 925 de 27/05/1970 aprovou o convênio celebrado entre o governo federal, via Ministério da Educação e Cultura e PREMEM e o Estado de Minas Gerais. Esta resolução trata de várias questões alusivas à implantação das escolas polivalentes como seleção de alunos, localização das escolas, infraestrutura das cidades ou dos bairros que iriam sediar as escolas, recuperação dos alunos, etc.

A distribuição semanal da carga horária ocorria da seguinte forma: Língua portuguesa, matemática e artes industriais ficavam com 4 aulas semanais; ciências, língua estrangeira e programa de saúde possuíam 3 aulas semanais; educação física, história, geografia possuíam 2 aulas semanais; educação artística, OSPB e educação moral e cívica, orientação educacional, ensino religioso e biblioteca eram contempladas com 1 aula semanal. Somando-se a carga horária de todas as disciplinas ao longo dos 4 anos do ensino de primeiro grau perfazia-se um total de 3.120 horas.

Cabe salientar que algumas disciplinas como ensino religioso, língua estrangeira e biblioteca eram oferecidas em caráter facultativo. EMC estava incluída na 7ª série e OSPB na 8ª série. Na 5ª e 6ª séries essas duas disciplinas estavam integradas à História.

Ao final da grade curricular, as disciplinas diferenciadas, chamadas de artes práticas e que estavam divididas em quatro conteúdos: Práticas agrícolas, educação para o lar, práticas industriais e práticas comerciais. Em consulta realizada na 39ª Superintendência Regional de Ensino de Uberaba obtivemos as seguintes informações sobre os conteúdos curriculares por área econômica:

Área econômica primária: agricultura, fitotecnia, criação de animais domésticos ou zootecnia, indústria de produtos alimentícios, indústria extrativa vegetal.

Área econômica secundária: trabalhos em madeira, trabalhos em cerâmica, trabalhos em metal, trabalhos em eletricidade, trabalhos em artes gráficas.

Área econômica terciária: comércio e serviços, saúde.

Eram essas disciplinas de artes práticas que proporcionariam uma melhor adequação da escola à realidade econômica e social do país, tornando-a mais adaptada à realidade extramuros e, ao mesmo tempo, poderiam proporcionar aos alunos a aproximação e identificação por determinadas atividades manuais e até a aptidão para uma futura profissão.

Na *fundamentação teórica do Colégio Polivalente* (1970, p. 06) enfatiza-se as vantagens desse novo modelo de escola:

Mantendo um núcleo de disciplinas tradicionais, que assegure a cultura comum que devem ter todos os alunos, o Ginásio Polivalente compreenderá, entretanto, a oferta de opções, variáveis de acordo com as aptidões e interesses individuais. Essa variedade de atividades contribuirá para que se reduza ao mínimo o desperdício de talentos e vocações, evitando-se através da contínua orientação, uma escolha profissional prematura. A oferta de vários caminhos, ademais, concorrerá para a diminuição dos índices de evasão, uma de cujas causas é a irrelevância dos currículos inflexíveis em relação aos interesses e a capacidade dos estudantes. Consequentemente, o novo ginásio contribuirá para que a escola média constitua um veículo, não de seleção de uma elite limitada ou de restrito treinamento profissional, mas, de desenvolvimento, no maior grau possível, de capacidades e interesses.

Pela análise desse documento percebe-se que, na visão dos defensores desse projeto, o novo currículo da Escola Polivalente, flexível e dinâmico, adequado à realidade, iria diminuir um dos problemas da escola brasileira naquele contexto: a evasão e o abandono escolar. Ao abrir novos caminhos e novas possibilidades para os alunos – as disciplinas de artes práticas – a escola se tornaria mais atraente e receptiva aos alunos.

Deve-se ressaltar, todavia, que, apesar das disciplinas de artes práticas (formação especial), o objetivo básico dessas escolas não era formar mão-de-obra para a imediata entrada no mercado de trabalho. A escola tinha muito mais um caráter vocacional e de sondagem de aptidões, de procurar rastrear se o aluno se identificava ou se aproximava mais de uma atividade do setor primário, do secundário ou do terciário. Sobre essa matéria os *Subsídios para o estudo do ginásio polivalente* destacam o seguinte: “Num ginásio Polivalente, com um bom serviço de orientação, é possível captar gradualmente as tendências

e orientá-las, com benefício para o educando, com benefício para a sociedade, com benefício para o desenvolvimento econômico”. (BRASIL, 1969, p. 93).

Deve-se ressaltar que nos dois primeiros anos os alunos passariam por todas as disciplinas de artes práticas e, a partir da 7ª série, eles poderiam escolher uma dessas disciplinas. Sobre essa matéria, a *Fundamentação Teórica do Colégio Polivalente* (1970, p. 10) destaca o seguinte:

As disciplinas de caráter prático-vocacional serão obrigatoriamente introduzidas e exigidas como parte do currículo. Nas duas primeiras séries, que incluem entre seus objetivos uma sondagem geral das aptidões vocacionais dos alunos, todos devem passar, num mínimo de 4 horas semanais, por variadas áreas vocacionais, entre as quais as práticas de artes industriais, técnicas comerciais, técnicas agrícolas e economia doméstica ou educação para o lar. Em cada uma delas, permanecerá o aluno durante pelo menos meio ano letivo. A terceira série prolongará o processo de sondagem, devendo, entretanto, o aluno, na parte referente às quatro práticas acima enumeradas, optar por uma. Na quarta série, os alunos terão possibilidade de escolha entre várias opções vocacionais, destinando-se um mínimo de quatro horas semanais para a matéria de opção.

Outro aspecto muito importante e que foi ressaltado na documentação que fundamentava e organizava as escolas Polivalentes, diz respeito à metodologia de ensino e aos recursos que os professores utilizavam para transmitir os conhecimentos para os alunos. Já ressaltamos que um dos motivos utilizados pelos organizadores do PREMEM para criticar a escola que predominava antes da reforma era uma metodologia arcaica, inadequada aos novos tempos e pouco atraente para os alunos que ficavam numa posição passiva. Seria necessário, então, renovar os procedimentos didáticos, tornando-os mais dinâmicos. Sobre esse tema, a *Resolução 925* diz que:

Os métodos de ensino devem ser modernizados apoiando-se em livros de textos atualizados e de alta qualidade, em equipamento áudio-visual adequado e outros meios auxiliares eficazes bem como em modernas técnicas de medida objetivo da aprendizagem [...] Deve ser estimulado um clima que favoreça o estudo e a pesquisa, a experimentação e a inovação. Atenção especial será dada ao aperfeiçoamento e atualização do ensino e do currículo no tocante às ciências e matemática (MINAS GERAIS, 1970).

A citação anterior também destaca que deveria ser incentivado um clima que favorecesse ao estudo e à pesquisa. Para desenvolver esse tipo de trabalho a biblioteca, com um bom acervo de livros, seria um componente fundamental. Sobre essa matéria a *fundamentação teórica do colégio Polivalente* (1970, p.12) destacava que:

Considerando-se que a biblioteca é condição básica para um ensino moderno e eficiente, ela deve ser acessível a alunos e professores, durante todo o dia escolar e adequadamente provida de livros e outros materiais de ensino para os quais se devem prever um efetivo sistema de circulação. Os administradores, o corpo docente e os supervisores especializados deverão trabalhar em colaboração para elevar os padrões educacionais.

Com relação ao funcionamento da biblioteca uma dúvida nos intrigava: onde estariam os livros das disciplinas de artes prático-vocacionais: artes industriais, artes comerciais, artes agrícolas e educação para o lar.

Apesar de essas disciplinas serem eminentemente práticas e disporem de oficinas e equipamentos para que os alunos pudessem vivenciar de maneira concreta o seu aprendizado acreditamos que um acervo de livros específicos dessas áreas seria importante para o embasamento teórico e para o próprio desenvolvimento de atividades de pesquisa, quando solicitadas pelos professores.

No entanto, nas consultas que foram feitas na biblioteca não encontramos nenhum livro específico de uso diário dos alunos que tratasse dessas disciplinas prático-vocacionais. Isso nos faz presumir que, havendo necessidade de trabalhar com textos para desenvolver e aprofundar determinados conteúdos, provavelmente os professores poderiam trabalhar com materiais mimeografados, que eram distribuídos para os alunos.

Por outro lado, encontramos enciclopédias voltadas para as áreas específicas de ciências, contabilidade e negócios e indústria, que poderiam ser utilizadas por alunos e professores. O selo colocado na primeira ou na última página dessas enciclopédias, com o nome “colégio polivalente” e o ano de edição variando entre 1967 e 1978, indicam que esse material foi recebido no momento de criação e apogeu da escola.

Dentre os títulos desses compêndios, destacamos os seguintes:

QUADRO 2: Relação de enciclopédias e livros

Medicina e Saúde. São Paulo. Abril Cultural. 1969. 10 volumes
Livro da Vida. São Paulo. Abril cultural. 1971. 7 volumes.
Psicologia da Criança I. Do nascimento à adolescência. S.d. Pol. Editorial pontes ltda. São Paulo.
Elementos de Moral Sexual. S.s. Pol. Editorial Pontes ltda. São Paulo.
Psicologia da Criança II. Do nascimento à adolescência. S.d. Editorial Pontes ltda. São Paulo.
Nova Biblioteca de Contabilidade. Professor Antonio Lopes. 1979.
Grande Enciclopédia de Administração Empresarial, Contabilidade e Prática Comercial. Marcos Antonio Airosa Neto. São Paulo. Novo Brasil editora, 1980. 3 volumes.
Enciclopédia Contábil Brasileira. Antonio Calderelli. Editora e encadernadora formar. 1969. 6 volumes.
Biblioteca de Administração das Finanças. São Paulo. Ed. Mc Grawhill do Brasil Ltda. 1973.
Grande Manual Globo. Agricultura, pecuária, receituário industrial. Porto Alegre. Ed. Globo. 1978. 7 volumes.
Enciclopédia Brasileira de Administração e Negócios. São Paulo. Ed. Fundo de Cultura. 1969. 8 volumes.

Enciclopédia Tecnirama. 10 volumes.
Programa de Ciências Êxitus. São Paulo. Ed. Companhia melhoramentos de São Paulo. 1974. 4 volumes.
Coleção Ciência Ilustrada. São Paulo. Abril cultural. 1974. 12 volumes.
Livro Manual do Torneiro. Coleção manuais técnicos. Editora Egéria. 1978.
Panoramas Pedagógicos da Educação Primária. São Paulo. Pol. Editorial Pontes Ltda. S.d.

FONTE: Biblioteca da Escola Estadual Corina de Oliveira. 2016.

Também foram encontradas enciclopédias bem mais conhecidas, como a Barsa e a Delta Larousse. Todavia, enfatizamos as coleções da tabela por percebermos que elas estão muito mais vinculadas às disciplinas prático-vocacionais de artes industriais, artes agrícolas, educação para o lar e artes comerciais. Esse acervo, é bom frisar que citamos apenas uma parte, corrobora com a ideia defendida pelos documentos que norteavam as escolas polivalentes, de que a biblioteca seria um espaço importante a ser utilizado pelos professores e alunos no processo de ensino – aprendizagem.

As oficinas e laboratórios como um espaço privilegiado no processo de ensino aprendizagem, a ênfase na utilização da biblioteca e a preocupação em dotar as aulas de uma metodologia moderna, que proporcionasse ao aluno uma participação mais ativa e dinâmica no momento da aula, procurava atender à proposta de renovar o ensino a partir da metodologia. A própria natureza das disciplinas de artes práticas levava a uma dinâmica de ensino mais ativa e participativa por parte dos alunos. A exposição teórica, presa ao livro ou ao caderno, o ensino puramente livresco e humanista era assim concatenado com um ensino mais prático, científico que, muitas vezes, levava o aluno a aprender fazendo, praticando e experimentando nos laboratórios e nas oficinas sob a orientação e supervisão dos professores. Ao mesmo tempo, a Escola Polivalente procurava promover uma integração entre

dois estilos de ensino que historicamente foram conflitantes no Brasil. De acordo com os *Dados e Informes Referentes ao PREMEM* (s-d, p. 2):

Dando continuidade à experiência dos Ginásios Orientados para o Trabalho, mas reformulando-a enriquecendo-a, a Escola Polivalente de 1º grau pretende harmonizar, nos currículos de formação do adolescente o desenvolvimento intelectual e a qualificação para o trabalho.

É um esforço de síntese das duas áreas, até agora aparentemente conflitantes: a formação intelectual e humanística (sic) e a formação científica e técnica.

A documentação concernente ao currículo também previa a organização de algumas atividades extraclasse, dentre elas, visitas técnicas, comemorações cívico-patrióticas e festas religiosas. Esses momentos, além de tornar as atividades escolares mais dinâmicas e ativas, com maior participação do aluno, rompendo com o ensino verbalista, era também uma forma de promover maior integração entre a escola e a comunidade e dar mais visibilidade à mesma. De acordo com o calendário escolar de 1975, estavam previstas as seguintes atividades:

QUADRO 3: ATIVIDADES CÍVICAS, SOCIAIS E PEDAGÓGICAS:

31/03 – Aniversário da Revolução
21/04 - Tiradentes
05 a 09/05 – Dia do trabalho, aniversário da cidade, exposição de gado
11/05 – Dia das mães
Junho – Festa junina
25/08 - Caxias
07/09 – Dia da pátria
14/09 – Aniversário da escola
17/10 – Dia do professor
15/11 – Proclamação da República

Fonte: Calendário Escolar 1975. Escola estadual de 1º grau (Ex- polivalente)

A programação desses eventos indica que existia ênfase nas atividades cívicas e patrióticas. Dos 10 eventos, percebe-se que 6 (60% do total) estão diretamente relacionadas a acontecimentos da História do país, numa versão positivista que enfatiza os feitos dos grandes heróis, normalmente reis, imperadores e militares. Tal é o caso das comemorações da Inconfidência Mineira, do dia do trabalho, do aniversário do duque de Caxias, patrono do exército brasileiro, da independência do Brasil e da Proclamação da República. Interessante frisar que até o dia do golpe de 1964, que implantou a ditadura militar no país, era celebrado no dia 31 de março.

Tais comemorações, juntamente com as disciplinas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil (OSPB) confirmam o empenho do regime militar em propagar sua ideologia, seus valores e suas ideias para as crianças e adolescentes, doutrinando-as e visando à preparação de um aluno ordeiro, disciplinado, cumpridor dos seus deveres para com a pátria e que saberia perfeitamente identificar os símbolos e as grandes datas nacionais. Desta maneira as escolas polivalentes poderiam promover a articulação entre formação técnica e formação cívico-patriótica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que as mudanças que ocorreram na escola no Brasil nos anos 1970, que corresponde ao auge da ditadura militar, visavam predominantemente uma maior adequação ou adaptação do ensino de 1º e de 2º graus aos interesses do capitalismo em expansão no país. Mudanças importantes, como a reforma de ensino de 1971 (lei nº 5692/71) e a criação de dezenas de escolas polivalentes espalhadas pelo território brasileiro, faziam parte de uma estratégia comum de envolver a escola em um verniz tecnicista, tendo por base a teoria do

capital humano desenvolvida por Theodore Schultz⁴ visando à preparação de força de trabalho com certa qualificação em um momento histórico de grande expansão econômica.

O discurso bastante utilizado pelo governo através do MEC era que a escola de então estava ultrapassada, arcaica, inclusive do ponto de vista pedagógico e curricular, o que a tornava defasada em relação à realidade econômica e social do país, marcada por intenso processo de industrialização e urbanização. Ao mesmo tempo, enfatizava-se que essa escola envelhecida tornava o ensino pouco atraente para os alunos, contribuindo assim para o aumento da evasão escolar.

Ou seja, na visão do PREMEM e do MEC a escola daquela época não favorecia nem para o crescimento do aluno nem para a sua melhor inserção na realidade econômica e social e nem para o desenvolvimento do país, em virtude da forte defasagem entre um ensino estagnado no tempo (puramente verbalista e humanista) e uma realidade socioeconômica que se transformava a passos largos.

Esses foram os principais argumentos para que o governo militar implantasse a reforma de ensino de 1971 e as escolas polivalentes. Dotadas de infraestrutura diferenciada, com um currículo moderno e atualizado com as disciplinas de artes práticas e dispoendo de uma metodologia de ensino mais ativa, com maior participação do aluno, o governo esperava assim criar uma escola nova, que contribuísse para a formação humana e técnica dos alunos. Nesse sentido, as escolas polivalentes, em sua concepção, procuravam atender

⁴ A teoria do capital humano foi desenvolvida na década de 60 do século XX pelos economistas americanos Theodore Schultz e Gary Becker. Segundo essa teoria o desenvolvimento de um país está alicerçado no investimento na formação educacional das pessoas. Quanto maior for a escolarização do indivíduo, notadamente na formação técnica, maiores serão as chances de melhorar o seu padrão de vida e maior será a sua produtividade contribuindo assim para o crescimento econômico do país. Na visão desses economistas um país em que a maioria da população não era instruída estava condenado ao atraso pois uma força de trabalho desqualificada impactava negativamente a produção econômica.

a dois interesses básicos do regime militar: a formação técnica (através das disciplinas prático-vocacionais) e moral (através das festas cívico-patrióticas e das disciplinas de OSPB e EMC) de uma futura força de trabalho com razoável qualificação para trabalhar na indústria e no comércio.

O projeto de construção de escolas polivalentes espalhadas pelo país teve vida curta. De uma maneira geral, ao final da década de 1970, esse modelo já dava sinais de esgotamento. Segundo Resende e Gonçalves Neto (2013, p. 143), uma das causas do declínio dessas escolas teria sido o fim dos acordos entre o MEC e a USAID, que constituía uma das fontes de financiamento dessas instituições escolares. Os mesmos autores também ressaltam “o alto custo de construção, estruturação e, principalmente, manutenção dessas escolas, que pagavam salários aos seus professores bem superiores ao praticado no restante da rede estadual” (RESENDE; GONÇALVES NETO, 2013, p. 143).

Com suas oficinas, laboratórios, máquinas e equipamentos, com os cursos de preparação para professores e com as despesas para reposição de peças, além de outros fatores, essas unidades de educação tinham um custo de manutenção mais elevado, o que poderia onerar os cofres públicos. Pode-se ressaltar também que as escolas polivalentes foram construídas em um momento em que a economia do país estava em crescimento, em que o governo dispunha de recursos financeiros para alavancar essas escolas. No entanto, com o fim do milagre econômico, por volta de 1977, e com o quadro de recessão econômica, de inflação cada vez maior e de aumento descontrolado da dívida externa, o governo militar não dispunha mais de recursos para sustentar ou ampliar o projeto de escolas polivalentes. Ou seja, o declínio de um modelo de escola é concomitante com o declínio do regime militar que o criou e sustentou.

REFERÊNCIAS

ARAPIRACA, José Oliveira. **A USAID e a educação brasileira**: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano. São Paulo: Cortez, 1982.

ARAÚJO, José Alfredo de. **Escola polivalente San Diego**. Um estudo de caso na História e memória da educação brasileira em Salvador – Bahia. Dissertação de mestrado. Universidade do Estado da Bahia (UNEB), 2005.

BRASIL. Decreto lei nº 63.914, de 26 de dezembro de 1968. Provê sobre o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM) e dá outras providências.

BRASIL Ministério da Educação e Cultura (MEC). Equipe de planejamento do Ensino Médio. (EPEM). Diretoria do Ensino Secundário. **Subsídios para o estudo do ginásio polivalente**. Rio de Janeiro, 1969.

Calendário Escolar 1975. Escola estadual de 1º grau (Ex- polivalente).

CUNHA, Luiz Antonio e GOES, Moacyr de. **O Golpe na Educação**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1996.

Dados e informes referentes ao PREMEM. Uberaba: Arquivo da Escola Estadual Corina de Oliveira, s-d.

Festa inaugural do Ginásio Polivalente. **Lavoura e Comércio**. Uberaba, nº 17.978, 04 maio 1972, p. 1.

Fundamentação teórica da Escola Polivalente. Uberaba: Arquivo da Escola Estadual Corina de Oliveira, 1970.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GERMANO, José Wellington. **Estado Militar e Educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG). Resolução 925-1970. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**. Disponível em: <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:minas.gerais:assembleia.legislativa:resolucao:1970-05-27;925>. Acesso em 18 fev. 2017.

MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA DE MINAS. Lei 5760 de 14/09/1971 cria oito ginásios estaduais polivalentes e dá outras providências. Disponível em <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:minas.gerais:estadual:lei:1971-09-14;5760>. Acesso em 19 nov. 2016.

MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA DE MINAS. Decreto 18766, de 19 de outubro de 1977 dá denominação à unidade de ensino de 1º grau da rede estadual. Disponível em: <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br: Minas Gerais:estadual:decreto:1977-10-19;18766>. Acesso em 22 abr. 2016.

PONTES, Hildebrando. **História de Uberaba e a civilização do Brasil central**. 2. ed. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1978.

RESENDE, Luciana Araújo Valle de. **As escolas polivalentes do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MG): sondagem vocacional no projeto desenvolvimentista civil-militar (1965-1976)**. 2015. 275f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

RESENDE, Luciana Araújo Valle de. **Ensino profissionalizante e Estado militar: (Re)articulação por meio dos Polivalentes (Uberlândia, MG, 1971-1980)**. 2011. 147 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Curso de Mestrado em Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

RESENDE, Luciana Araújo Valle de e GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Os colégios polivalentes em Minas Gerais: a experiência da escola estadual Guiomar de Freitas Costa (Uberlândia, 1971 – 1980)**. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/851>. Acesso em 20 fev. 2017.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.